

A conservação do patrimônio no Brasil: Parnaíba- PI do tombamento aos dias atuais.

The conservation of heritage in Brazil: Parnaíba- PI from toppling to the present day.

La conservación del patrimonio en Brasil: Parnaíba-PI desde el derrumbe hasta nuestros días.

Laísa de Moraes Santana

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UNINOVAFAPI, Brasil
laisa2000santana@gmail.com

Isis Meireles Rodrigues Sampaio

Professora Mestra, UNINOVAFAPI, Brasil.
Isis.sampaio@uninovafapi.edu.br

Dayanny Henrikça de Araújo Pinho e Sousa

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UNINOVAFAPI, Brasil
henrikca.dayanny@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa aborda a conservação do Patrimônio no Brasil a partir da análise do centro histórico da cidade de Parnaíba-PI. A temática surge da necessidade de olhar para o patrimônio e sua preservação mesmo depois da aplicação do instrumento legal máximo de preservação brasileiro, que é o tombamento. Dessa maneira, busca-se investigar as relações entre patrimônio, memória e identidade e o estado atual de preservação e conservação das cidades brasileiras a partir do caso piauiense. Como recorte espacial desta pesquisa foi escolhido parte do centro histórico da cidade de Parnaíba-PI, representante importante da Paisagem Urbana Histórica dessa cidade, que se encontra tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, desde o ano de 2008. O objetivo geral desse estudo é analisar e compreender os agentes atuantes na construção da paisagem urbana histórica do sítio analisado e como se refletem nas relações de memória e identidade locais. A metodologia do trabalho, além da necessária atualização teórica, ficou compreendida em três etapas: levantamento, análise e proposições. Trabalharam-se autores como: Pollack (1992); Sampaio (2018); Pereira (2016); Pinheiro (2006); Somekh (2015); Unesco (2016), que discorreram sobre temáticas relacionadas com o objeto de estudo a fim de constituir um embasamento teórico sobre o assunto abordado. A pesquisa pretende alcançar o entendimento das modificações realizadas no conjunto arquitetônico estudado através da análise da paisagem urbana das cidades piauienses, de maneira a fortalecer os significados culturais de lugar de memória dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Parnaíba. Patrimônio. Conservação

ABSTRACT

This research addresses the conservation of Heritage in Brazil from the analysis of the historic center of the city of Parnaíba-PI. The theme arises from the need to look at the heritage and its preservation even after the application of the maximum legal instrument of Brazilian preservation, which is the tipping over. Thus, we seek to investigate the relationships between heritage, memory and identity and the current state of preservation and conservation of Brazilian cities based on the case of Piauí. As a spatial feature of this research, part of the historic center of the city of Parnaíba-PI was chosen, an important representative of the Historic Urban Landscape of that city, which has been listed by the National Historical and Artistic Heritage Institute, IPHAN, since 2008. The objective The general aim of this study is to analyze and understand the agents acting in the construction of the historic urban landscape of the analyzed site and how they are reflected in the relations of memory and local identity. The methodology of the work, in addition to the necessary theoretical update, was understood in three stages: survey, analysis and propositions. Authors such as: Pollack (1992); Sampaio (2018); Pereira (2016); Pinheiro (2006); Somekh (2015); Unesco (2016), who discussed themes related to the object of study in order to provide a theoretical basis on the subject addressed. The research intends to reach the understanding of the modifications made in the studied architectural group through the analysis of the urban landscape of the cities of Piauí, in order to strengthen the cultural meanings of their place of memory.

KEYWORDS: Parnaíba. Patrimony. Conservation

RESUMEN

Esta investigación aborda la conservación del Patrimonio en Brasil a partir del análisis del centro histórico de la ciudad de Parnaíba-PI. El tema surge de la necesidad de mirar el patrimonio y su preservación incluso después de la aplicación del máximo instrumento legal de preservación brasileño, que es el vuelco. De esta manera, buscamos investigar las relaciones entre patrimonio, memoria e identidad y el estado actual de preservación y conservación de las ciudades brasileñas a partir del caso de Piauí. Como rasgo espacial de esta investigación se eligió parte del centro histórico de la ciudad de Parnaíba-PI, importante representante del Paisaje Urbano Histórico de esa ciudad, el cual ha sido catalogado por el Instituto Nacional del Patrimonio Histórico y Artístico, IPHAN, desde 2008. El objetivo El objetivo general de este estudio es analizar y comprender los agentes que actúan en la construcción del paisaje urbano histórico del sitio analizado y cómo se reflejan en las relaciones de memoria e identidad local. La metodología del trabajo, además de la necesaria actualización teórica, se entendió en tres etapas: relevamiento, análisis y propuestas. Autores como: Pollack (1992); Sampaio (2018); Pereira (2016); Pinheiro (2006); Somekh (2015); Unesco (2016), quien discutió temas relacionados con el objeto de estudio con el fin de brindar una base teórica sobre el tema abordado. La investigación pretende llegar a la comprensión de las modificaciones realizadas en el conjunto arquitectónico estudiado a través del análisis del paisaje urbano de las ciudades de Piauí, con el fin de fortalecer los significados culturales de su lugar de memoria.

PALABRAS CLAVE: Parnaíba. Patrimonio. Conservación

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a conservação do Patrimônio no Brasil a partir da análise do centro histórico da cidade de Parnaíba- PI. A cidade de Parnaíba encontra-se localizada na região litorânea ao norte do Estado do Piauí, nordeste do Brasil, e está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a cidade possui atualmente uma extensão territorial de aproximadamente 436 km², uma população total de 153.482 mil habitantes, e está situada a 339 km da capital Teresina. Sua fundação se deu em 1758 com a chegada e instalação do comerciante português Domingos Dias da Silva em um povoado, onde passou a desenvolver economicamente a região através da indústria do charque e do entreposto comercial, possibilitado pela navegabilidade do Rio Parnaíba. A partir desse desenvolvimento, em 1762 foi criada a Vila de São João da Parnaíba, e em 1844 a mesma foi elevada à categoria de cidade.

Escolheu-se como estudo de caso o centro histórico da cidade de Parnaíba- PI, por representar um importante componente da Paisagem Urbana Histórica local, encontrando-se sob proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde o ano de 2008.

O objetivo geral desse estudo é analisar e compreender os agentes atuantes na construção da paisagem urbana histórica analisada e as relações da paisagem urbana histórica com o crescimento urbano a partir da investigação sobre das relações de identidade e pertencimento no local. As questões norteadoras dessa comunicação objetivam compreender quais agentes atuaram na construção da paisagem urbana histórica do sítio analisado e as condições históricas que possibilitaram a construção dessa paisagem.

A metodologia empregada baseia-se na pesquisa histórica, análise visual, análise de mapas e dados cartográficos, além de levantamentos realizados in loco.

Espera-se com essa discussão ampliar as discussões sobre a conservação do patrimônio no Brasil, na busca por perspectivas que norteiem uma melhor gestão dos bens salvaguardados no século XXI.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

- Analisar e compreender os agentes atuantes na construção da paisagem urbana histórica de Parnaíba- PI e as relações da paisagem urbana histórica com o crescimento urbano a partir da investigação sobre das relações de identidade pertencimento no local.

2.2 Específicos

- Levantar dados sobre os edifícios que compõem os conjuntos Urbanos analisados;
- Coletar informações sobre a formação do conjunto analisado e a transformação da paisagem ao longo do tempo com ênfase nos últimos 10 anos;
- Relacionar os usos das edificações com o seu estado de conservação;
- Analisar as relações entre o tombamento e a eficácia da preservação de áreas patrimoniais.

3 METODOLOGIA

Para intervir em sítios urbanos consolidados, foi necessária a formulação de um método de trabalho capaz de promover procedimentos científicos que embasassem as proposições que

serão feitas para a área. A metodologia do trabalho, além da necessária atualização teórica, ficou compreendida em três etapas, mais abaixo explicitadas:

- Etapa 1: atualização teórica e contextualização do objeto de estudo (Pesquisa bibliográfica)
- Etapa 2: coleta de dados em arquivos públicos e privados sobre o projeto e a obra (Pesquisa histórica e iconográfica)
- Etapa 3: coleta de dados (levantamentos arquitetônicos, fotográficos, visitas in loco e entrevistas).
- Etapa 4: análise dos dados coletados
- Etapa 7: elaboração e divulgação dos resultados

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Paisagem histórica urbana

O termo Paisagem possui vários significados e interpretações. Por esse motivo, e tendo em vista transmitir um reconhecimento e uma atribuição de valor dessas paisagens mais objetivos, dividiu-se em três definições:

[...] 1) a paisagem claramente definida, aquela intencionalmente criada pelo homem, representada nos parques e jardins; 2) a paisagem essencialmente evolutiva, que resulta da ação do homem como uma resposta ao ambiente natural, repetindo o processo evolutivo da sociedade; 3) e a paisagem cultural associativa, aquela cuja inscrição é justificada pelos valores associados a ela, muito mais do que pelas suas transformações físicas e seu agenciamento (RIBEIRO, 2016).

A partir da percepção de que o conceito de paisagem cultural estava resultando em dificuldades de compreensão, os setores associados à preservação de centros históricos reconheceram a necessária ampliação de abordagens, capazes de integrar o centro histórico à área urbana na qual ele está inserido e às práticas culturais e valores imateriais associados ao sítio. Por esse motivo, o termo "paisagem histórica urbana" passou a ser adotado e discutido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (RIBEIRO, 2016).

Entende-se por Paisagem Histórica Urbana a seguinte definição utilizada pela UNESCO (2011, p. 4) no preâmbulo de "Recomendações sobre a paisagem histórica urbana":

A paisagem histórica urbana é a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de "centro histórico" ou de "conjunto histórico" para incluir o contexto urbano mais abrangente e a sua envolvente geográfica. Este contexto mais abrangente inclui, nomeadamente, a topografia, a geomorfologia, a hidrologia e as características naturais do local, o ambiente construído, tanto histórico como contemporâneo, as suas infraestruturas à superfície ou subterrâneas, os espaços livres e os jardins, os padrões de ocupação do solo e organização espacial, as percepções e relações visuais, assim como todos os outros elementos da estrutura urbana. Inclui, igualmente, as práticas e os valores sociais e culturais, os processos económicos e as dimensões imateriais do património, enquanto vetores de diversidade e identidade.

Essa definição revela que o entendimento sobre paisagem histórica urbana permite ampliar a reflexão a respeito das cidades e da gestão do patrimônio urbano, levando em consideração uma visão mais ampla da paisagem. Além disso, essa abordagem também contribui para a adaptação da conservação do patrimônio, ao considerar alguns aspectos, como a necessidade de integração entre patrimônio e desenvolvimento contemporâneo (IPHAN, 2013).

4.2 Memória, identidade e patrimônio

Entende-se que memória, identidade e patrimônio são elementos essenciais para a compreensão da construção e reconstrução indenitária dos grupos sociais, sendo que esses funcionam de maneira indissociável. Tal relação pode ser percebida ao observar que o patrimônio, além de expressar a identidade histórica de um povo, revela conexão com a memória, ao trazer à tona recordações do passado. Além disso, os ícones armazenados na memória compõem os bens patrimoniais, o que possibilita a interação entre passado e presente (SILVA JÚNIOR, 2018).

O elemento patrimônio pode assumir diferentes definições, que variam de acordo com que a utiliza, com o tempo histórico e com qual finalidade se utiliza. Porém, de maneira geral, conforme Vianna (2016) “O conceito de patrimônio, na cultura ocidental moderna, de modo geral, se refere a uma gama de coisas, bens de grande valor para pessoas, comunidades ou nações ou para todo o conjunto da humanidade”. Esse se apresenta como o resultado de uma construção social, e da junção de vários tipos de bens pertencentes ao indivíduo ou a um grupo, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos (ZANIRATO, 2018).

De acordo com Silva Júnior (2018, p.7), a memória consiste em um “processo de captar, guardar e recuperar informações que foram fixadas pelo campo cognitivo do ser”. Dessa forma, entende-se que esse elemento colabora para o não esquecimento do passado; para o processo de reconstrução dos fatos e períodos passados; e para a promoção do sentimento de pertencimento e permanência nos indivíduos, sendo esse um pré-requisito para a construção da identidade. Sendo assim, a memória se faz necessária para a formação cultural e sua perpetuação, já que essa se configura como a imagem viva de tempos passados ou presentes.

Para Pollak (1992), outro fator indispensável na construção da identidade são as concepções do passado, ao servirem como orientação para certos grupos. Esse processo de construção não é estático, e acontece por meio da percepção das equivalências e das distinções entre o mesmo ou diferentes grupos (SAMPAIO, 2018).

4.3 A conservação do patrimônio no Brasil

A noção de preservação de edifícios pode ser percebida desde o período da Antiguidade, com ações de proteção e conservação de monumentos isolados e aleatórios. No entanto, as primeiras práticas e discussões a respeito da preservação do patrimônio histórico foram instaladas na França e na Inglaterra no decorrer do século XVIII (PEREIRA, 2016).

A preservação do patrimônio histórico e arquitetônico trata-se de um quesito urbano, pois está relacionada à salvaguarda da memória das cidades, mediante a conservação e a restauração dos edifícios de interesse histórico, arquitetônico, artístico e turístico. Sendo então, uma prática de extrema relevância para o planejamento do futuro, e que necessita da contribuição da comunidade e da atuação do poder público (SOMEKH, 2015).

Tal contribuição é de fundamental importância para que a preservação seja obtida no Brasil, já que se trata de um país com uma identidade nacional construída a partir de uma cultura diversificada e assim, requer a participação popular na escolha dos bens a serem preservados. Além disso, faz-se necessária também a aplicação de políticas de educação patrimonial acessível

a todas as classes sociais, para uma boa conservação e usufruto dos bens culturais e históricos (SOMEKH, 2015).

Segundo Pereira (2016) e Pinheiro (2006), o Brasil apresenta registros de ações voltadas à preservação do patrimônio desde o século XVIII, porém as iniciativas preservacionistas tornaram-se mais concretas no século XX, quando as primeiras leis específicas relativas a esse tema surgiram a partir da década de 1930. A primeira lei federal foi o Decreto-Lei no 22.298, de 12 de julho de 1933, que erigiu a cidade de Ouro Preto (MG) em monumento nacional, em consideração à grande quantidade de patrimônios edificados e ao seu passado nacional rico.

No entanto, apenas no ano de 1937 surgiu a primeira lei brasileira específica relacionada à preservação do patrimônio, o Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937, que deu início à prática de tombamento. Desde então, esse passou a ser o principal instrumento utilizado pelas políticas públicas federais de salvaguarda ao patrimônio cultural brasileiro (MIRANDA, 2009).

Diante desse cenário, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937, com a nomenclatura original de SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), posteriormente alterado para DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1946 e denominado IPHAN apenas a partir do ano de 1995, a partir da parceria entre Getúlio Vargas e os intelectuais modernistas da época. Ambos tinham o interesse em reconhecer a nacionalidade brasileira, através das cidades, de acordo com a ideologia nacionalista. A partir do interesse desse grupo restrito, os bens a serem preservados eram escolhidos de acordo principalmente com o valor estético dos mesmos, em detrimento do valor histórico (PEREIRA, 2016; PINHEIRO, 2006).

Essa concepção de patrimônio histórico e artístico nacional, pautada na evidência à excepcionalidade e à representatividade, construída nos primeiros 30 anos de atuação do IPHAN, reflete uma imagem de patrimônio inserida na memória das pessoas, que equivale a uma imagem que não considera outros valores históricos, culturais, afetivos e cognitivos dos objetos (PEREIRA, 2016).

Além disso, segundo Pinheiro (2006) esse período foi marcado por muitos trabalhos que revelavam a importância do patrimônio brasileiro, e também por uma aversão muito forte, como cita a autora: “[...] às manifestações artísticas e arquitetônicas brasileiras.” (PINHEIRO, 2006, p.11). No entanto, a atuação do IPHAN sofreu muitas modificações ao longo dos anos, até que se chegasse na política de preservação do patrimônio cultural brasileiro mais atual.

Da década de 1970 em diante, o órgão passou a atuar com uma visão mais ampla sobre o valor patrimonial, refletindo também na noção de monumentos arquitetônicos e urbanísticos. Dessa forma, buscou-se realizar as práticas de preservação patrimonial considerando o desenvolvimento econômico, social e cultural; como é o caso da escolha dos monumentos a serem tombados (PINHEIRO, 2006). Tal prática, segundo Pereira (2016, p. 66) “[...] passou a ser fundamentada pelos valores históricos dos bens e pelo entendimento de processos históricos.”

No entanto, no ano de 1990 houve um retrocesso nesse avanço alcançado nos anos anteriores, e algumas práticas recorrentes nos primeiros anos de atuação do IPHAN reapareceram, resultando assim em pouco progresso nos trabalhos. Já a partir do século XXI, o órgão passou por inúmeras mudanças, dentre elas: os setores técnico e administrativo passaram por reorganização; buscou-se atuar em todo o território nacional, e novas maneiras de continuar

preservando os patrimônios culturais brasileiros. Além disso, diante desse cenário, Pereira (2016, p. 67) ressaltou que:

[...] foram retomadas as práticas discursivas e metodológicas da década de 1980, com destaque para a participação social, a aplicação de inventários de conhecimento, a noção de referência cultural, a metodologia de leitura da ocupação do território e o tombamento como instrumento de planejamento. É necessário destacar que tais questões foram resgatadas com uma maior amplitude, agora em escala nacional.

Ademais, de acordo com Pereira (2016, p. 51), adotou-se uma “[...] nova política nacional de preservação do patrimônio [que] prioriza as seguintes diretrizes: participação social; reinserção dos bens culturais na dinâmica social; qualificação do contexto dos bens culturais; e promoção do desenvolvimento local.” No entanto, mesmo com a adoção dessa nova política, é possível perceber que a quantidade de tombamentos no Brasil ainda é insuficiente, ao identificarmos as inúmeras perdas diárias de valiosos bens que compõem a identidade cultural do País (PEREIRA, 2016).

5. PATRIMONIO, PAISAGEM E CONSERVAÇÃO EM PARNAÍBA

5.1 A Conservação da paisagem histórica urbana em Parnaíba

A cidade de Parnaíba encontra-se localizada na região litorânea ao norte do Estado do Piauí, nordeste do Brasil, e está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a cidade possui atualmente uma extensão territorial de aproximadamente 436 km², uma população total de 153.482 mil habitantes, e está situada a 339 km da capital Teresina. Sua fundação se deu em 1758 com a chegada e instalação do comerciante português Domingos Dias da Silva em um povoado, onde passou a desenvolver economicamente a região através da indústria do charque e do entreposto comercial, possibilitado pela navegabilidade do Rio Parnaíba. A partir desse desenvolvimento, em 1762 foi criada a Vila de São João da Parnaíba, e em 1844 a mesma foi elevada à categoria de cidade.

Escolheu-se como estudo de caso o centro histórico da cidade de Parnaíba- PI, por representar um importante componente da Paisagem Histórica Urbana local, encontrando-se sob proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde o ano de 2008.

Desde o século XVIII, Parnaíba foi uma cidade que se desenvolveu, principalmente devido à sua economia baseada no comércio de exportação pelas vias fluvial e marítima, dos produtos do extrativismo local. A partir disso, a arquitetura produzida no mundo inteiro foi conhecida na cidade, e esse conhecimento foi resultante não só pelas ligações comerciais, mas também pela sociedade local que não abandonou totalmente os vínculos com o passado, cujos traços ficaram expressos de alguma forma nesta produção (GANDARA, 2016).

Na atualidade, podem-se encontrar inúmeras cidades com seus conjuntos histórico e paisagístico tombados pelo IPHAN, porém a maioria desses possui uma grande quantidade de bens em constante risco de deteriorização ou até mesmo de desaparecimento. O mesmo acontece com o sítio histórico de Parnaíba- PI. Tal situação ocorre devido à carência de uma política urbana que se dedique à preservação e à fiscalização desses bens; à falta de interesse ou desconhecimento por parte dos profissionais; e à falta de uma política educacional eficiente (GANDARA, 2016).

No ano de 2008 o IPHAN realizou o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, por considerar uma importante área de preservação histórica e cultural. O perímetro tombado, as edificações e o traçado urbano encontram-se regulados pelo IPHAN, e o entorno revela a transição entre o que está preservado e o contemporâneo. Após mais de dez anos de tombamento, pode-se observar que o estado de conservação e usabilidade das edificações pouco evoluiu, apresentando até mesmo perdas e arruinamentos dos edifícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para garantir a conservação de bens considerados patrimônios, entende-se que sua preservação não pode acontecer isoladamente, sem levar em consideração as mudanças ocorridas nos contextos físico e social que os cercam. Além disso, o seu entorno, bem como a interação com a humanidade, pode oferecer ameaças a eles e a seus significados. Diante desse cenário, faz-se necessária a atuação de órgãos responsáveis pelos patrimônios, capazes de intervir nas questões referentes a esses, e de atuar em consonância com os interessados neles, através de um sistema de gestão de patrimônio eficaz (UNESCO, 2016).

Esse sistema requer a adoção de uma série de estratégias que se adequem ao local para garantir a eficácia desejada, e pode ser definido como “[...] uma série de processos que produz vários resultados, alguns dos quais retornam ao sistema para criar uma espiral ascendente de melhorias contínuas no sistema, incluindo suas ações e suas conquistas.” (UNESCO, 2016 p. 27).

O essencial para dar início a esse processo, no caso dos bens de natureza material a serem preservados, é o conhecimento desses, ocorrendo através de estudos e levantamentos, para somente assim serem escolhidos. Ao garantir a valorização do significado desses bens, a preservação pode ocorrer através de vários meios, sendo o tombamento um deles. Os próximos passos estão relacionados à determinação das diretrizes de preservação, e às estratégias de restauração ou da conservação e o financiamento delas (SOMEKH, 2015).

De acordo com IPHAN, a realização da gestão do patrimônio leva em consideração as características de cada grupo: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Mundial.

A cidade de Parnaíba possui um dos mais ricos acervos arquitetônicos e paisagísticos do período colonial, imperial e republicano do Brasil, e o local analisado na pesquisa possui estreita relação com o desenvolvimento econômico, social e cultural do sítio histórico da cidade. Porém, pode-se observar o objeto de estudo encontra-se em precário estado de conservação e ainda é pouco conhecido, apesar de ser protegido pelos instrumentos legais de salvaguarda.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, V. G. B. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções?. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 32, p. 83-118, 2013. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i32p83-118. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/88124>. Acesso em: 18 maio. 2021.

GANDARA, G. S. Espaço/tempo vivido: patrimônio ambiental da cidade Parnaíba/PI. **Diálogos**, v. 18, n. 3, p. 1109-1136, 21 out. 2016.

IBGE— INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Patrimônio Cultural**, [200?]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em 20 dez. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Encontro de especialistas avança no debate sobre conceito de Paisagem Histórica Urbana**, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 15 maio. 2021.

MIRANDA, M. P. de S.; ARAÚJO, G. M.; ASKAR, J. A. (Org.). **Mestres e conselheiros**: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

PEREIRA, D. C. Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI. **REVISTA CPC (USP)**, v. 21, p. 36-70, 2016.

PINHEIRO, M. L. B. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, [S. l.], n. 3, p. 4-14, 2006.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, CPDOC- FGV, v. 5, n. 10, 1992, p.202-2015.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural urbana e paisagem histórica urbana**: o Rio de Janeiro e os desafios recentes para a lista do patrimônio mundial, "Identidades: territorio, proyecto, patrimonio", n. 6, p. 235-255, 2016. DOI: 10.5821/identidades.8837. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2117/100070>. Acesso em: 07 maio. 2021.

SAMPAIO, I. M. R.; MAGALHAES, A. M. Porto das Barcas e galpões portuários em Parnaíba [PI]: memória, patrimônio e identidade. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 12, n. 3, p. p.341–358, 2018. DOI: 10.20396/labore.v12i3.8652839. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8652839>. Acesso em: 17 maio. 2021.

SILVA JUNIOR, J. E.; TAVARES, A. L. O.; SILVA JUNIOR, J. E. Patrimônio cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**, v. 5, n. 1, p. 3-10, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36200>>. Acesso em: 14 maio 2021.

SOMEKH, Nádía (Org.). **Preservando o Patrimônio Histórico**: um manual para gestores municipais. São Paulo: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP; Fundo Mackenzie de Pesquisa - MACKPESQUISA; Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo – DPH/PMSP, 2015.

UNESCO. **Gestão do Patrimônio Mundial cultural**. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016.

UNESCO. **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana**. Tradução: Clara Bertrand Cabral. Paris, 2011. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf. Acesso em: 02 maio. 2021.

VIANNA, Leticia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

ZANIRATO, S. H. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. **Revista CPC, [S. l.]**, v. 13, n. 25, p. 7-33, 2018. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144623>. Acesso em: 02 maio. 2021.